

A CONTRIBUIÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA A FORMAÇÃO ACADÊMICA NA PERSPECTIVA DOS DICENTES DO CURSO DE PEDAGOGIA.

Francisca Bruna Sousa Araújo¹

Eleusina de Fátima Duarte Araújo²

Rejane Maria Gomes da Silva – Orientadora³

INTRODUÇÃO

Historicamente a universidade tem incorporado diferentes funções na busca da efetivação de seu compromisso com a sociedade. No entanto estas ações não tem possibilitado o cumprimento de socialização e integração social da maioria da população das classes menos favorecidas. A Extensão surge como respostas a essas necessidades externas, atuando como instrumento de efetivação do compromisso social da universidade.

Configura-se um novo cenário para a extensão universitária, ou seja, um momento oportuno para que ocorram as discussões acerca dessa função hora assumida, haja vista que há um consenso entre IES, MEC e os próprios estudantes a respeito de uma nova prática extensionista, onde a articulação entre ensino, pesquisa e extensão possa ser efetivada o mais próximo possível da sociedade, garantindo assim a construção de uma sociedade mais justa e na formação de cidadãos que cooperam e atuam fora dos muros das universidades (SANTOS, 1996).

Em resposta a essas demandas em dezembro de 2018 o Conselho Nacional de Educação institui as Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira que tem por objetivo estabelecer diretrizes e normas para a extensão nas universidades brasileiras, regulamentando à Lei nº13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão, doravante fazer parte da matriz curricular dos cursos, iniciando-se assim o processo de curricularização da extensão universitária que passa agora a componente curricular obrigatório.

O Curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA em cumprimento as determinações das diretrizes, desde 2018.2 implantou em sua matriz curricular a extensão universitária como componente curricular, onde organizou as 340h destinada para a extensão no componente curricular Práticas Integradoras distribuídas ao longo dos nove semestre do curso.

Neste sentido justifica-se a importância e a relevância desse estudo que tem por objetivo analisar a contribuição da disciplina Práticas Integradoras I para compreensão da extensão universitária dos alunos no curso de Pedagogia da UVA. Nossa pesquisa é de abordagem qualitativa, onde utilizamos como instrumento de coleta de dados um questionário com quatro perguntas abertas para os discentes do primeiro semestre do curso de Pedagogia matriculados no componente curricular Práticas Integradoras I.

Trata-se de uma pesquisa inicial, no entanto, tendo em vista o processo de curricularização da extensão ora iniciado pelo curso poderá subsidiar novos estudos acerca da extensão universitária como componente curricular e formação acadêmica

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), eleusinaaraujo72566@gmail.com

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), ba695248@gmail.com

³ Professora Orientadora: Doutora, Curso de Pedagogia –UVA, rejanemgs@gmail.com

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada na Universidade Estadual Vale do Acaraú –UVA, no curso de , Licenciatura em Pedagogia de abordagem qualitativa, do tipo descritiva, onde utilizamos como instrumento de coleta de dados um questionário com três perguntas abertas para os discentes do primeiro semestre do curso de Pedagogia matriculados no componente curricular Práticas Integradoras I, turno noite.

Com base nas discussões anteriores, levantamos as questões: Qual a concepção dos alunos do primeiro semestre do curso sobre extensão universitária e sua contribuição para sua formação? Portanto nosso objetivo geral foi analisar a contribuição da disciplina Práticas Integradoras I para compreensão da extensão universitária dos alunos no curso de Pedagogia da UVA.

EXTENSÃO: HISTÓRICO, PRINCÍPIOS LEGAIS E CONCEPÇÕES

Historicamente dentre as três funções da universidade, ensino, pesquisa e extensão, a extensão é a que necessita de maiores investigações, no entanto, no as pesquisas nessa área carecem ainda de um olhar mais qualificado, pois poucos trabalhos refletem sobre sua influência no processo de transformação dos discentes e sua contribuição para a consolidação de um campo de conhecimento específico e das consequências dessas práticas acadêmicas para a formação dos discentes. (GURGEL, 2001).

A extensão universitária tem sua sustentação legal na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96, no Plano Nacional de Extensão (2013) no Plano Nacional de Educação (PNL) (2014), nas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação (DNCs) (2008).

A Constituição brasileira no artigo 207 dispõe que: “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial e, obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 2013,p.35). Como se pode observar, ensino, pesquisa e extensão, são consideradas as três funções básicas da universidade, logo, devem caminhar juntas e merecer igualdade de tratamento por parte das instituições de ensino superior, caso contrário, estarão, violando esse preceito legal.

A Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96, no capítulo 4, art. 43, parágrafo 7 determina que a promoção da extensão seja “... aberta a participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, 1998, p.16).

O Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Lei nº13.005/2014) recomenda que, através da implantação do Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária, deve-se destinar 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior público à atuação dos alunos em ações extensionistas, para os cursos que assim o desejarem (BRASIL, 2015).

As Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação Resolução CNE/CP2, garantem às instituições de ensino superior autonomia para composição de seus currículos, e apontam dois princípios que estão diretamente relacionados à função desenvolvida pela extensão nas universidades,

encorajar o aproveitamento do conhecimento, de habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar, e fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a

participação em atividades de extensão, as quais poderão ser incluídas como parte da carga horária”. (2002, p.1)

As Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira estabelecem e no art. 2º regulamentam as atividades acadêmicas de extensão dos cursos de graduação, na forma de componentes curriculares para os cursos, considerando, onde as atividades de extensão devem compor no mínimo 10% da carga horária que deverão fazer parte da matriz dos cursos.(2018 p.)

Diante dessas determinações legais faz-se necessário refletirmos sobre as diferentes concepções de extensão universitária fruto das diferentes práticas desenvolvidas.

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) por ocasião da realização do I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras no ano de 1987 diante das discussões acerca da institucionalização da extensão define o conceito de extensão como

O processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. [...]uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. (FORPROEX, 2006, p. 21)

O Fórum apresenta uma concepção de Extensão que a coloca como processo educativo, instrumento articulador do ensino e da pesquisa e como um trabalho interdisciplinar. (FORPROEX, 2008).

De acordo com as diretrizes (2018) a extensão tem assumido ao longo da história três concepções ideológicas:

a posição assistencialista, que se caracteriza pelo atendimento às demandas sociais por intermédio da prestação de serviços à comunidade; a dimensão transformadora, na qual as relações entre universidade e sociedade são dialógicas e buscam a transformação social, e, mais recentemente, o entendimento de que as demandas, advindas da sociedade, são tomadas como novas expectativas de serviços que a sociedade demanda da universidade.(2018, p. 4)

Neste cenário de mudanças e novas demandas advindas da sociedade e comunidade acadêmica faz-se necessário conceber uma concepção que atenda a esses desejos e imperativos, nesse sentido destacamos a função apresentada pelas diretrizes que a concebem como” como função potencializadora na formação dos estudantes e na capacidade de intervir em benefício da sociedade, aspecto essencial para que a universidade se realize como instrumento emancipatório do ponto de vista histórico”.(2018,p.4)

Outra contribuição que irá sustentar nossa discussão será a concepção de extensão invertida proposta por Santos (2008), onde a mesma é colocada como a possibilidade da universidade, diante das mudanças ocorridas na sociedade, buscar o diálogo entre o conhecimento científico e outras formas de conhecimento existentes na sociedade. Esta mudança se faz presente nas discussões acerca das mudanças paradigmáticas efetivadas na concepção de conhecimento produzido pelas universidades, conhecimento universitário tradicional para conhecimento pluriversitário, transdisciplinar, contextualizado. Nesta perspectiva, para discutirmos o processo de curricularização da extensão precisamos inicialmente compreendermos a concepção de extensão e de currículo.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO: LIMITES E DESAFIOS

As discussões sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão apontam para uma reflexão acerca de duas questões centrais quando nos reportamos a questão do currículo: a superação da fragmentação do conhecimento e o da necessidade de uma universidade e de uma formação acadêmica mais comprometida com as necessidades sociais, levando a uma vinculação entre o conhecer e o viver.

Este cenário vem colocar o currículo como espaço viabilizador da articulação entre ensino-pesquisa-extensão, daí a importância de reconhecê-lo como um importante caminho no processo de flexibilização, onde as disciplinas deixam de ser consideradas verdades inacabadas a serem transmitidas de descontextualizada. (SILVA, 2013)

Nesta perspectiva a curricularização da extensão, possibilitará aos estudantes uma maior inserção nos projetos de extensão, bem como uma nova concepção das disciplinas e consequentemente de sua formação, possibilitando assim uma autonomia ao estudante no seu processo de formação. De acordo com o Plano Nacional de Educação, faz-se necessária uma mudança não somente na concepção de currículo como também na forma de organizá-lo e de orientar os estudantes no seu processo de formação. (BRASIL, 2015)

Portanto, refletir sobre o processo de curricularização da extensão na atualidade é de suma importância para esse momento, razão pela qual nos propomos nesta pesquisa apresentar como o curso de Pedagogia da UVA vem organizando esse processo.

O curso de Pedagogia da UVA no ano de 2018 realizou a reformulação de sua matriz curricular, onde incluiu a extensão como componente curricular com a criação do núcleo de estudos e Práticas Integradoras com uma carga horária de 340h distribuídas nos nove semestres de sua matriz que tem a carga horária total de 3.330h, atendendo assim as prerrogativas das diretrizes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa foi realizada na Universidade Estadual Vale do Acaraú –UVA, no curso de Licenciatura em Pedagogia na cidade de Sobral-CE, que possui 812 alunos regularmente matriculados.

Com base nas discussões anteriores, levantamos a questão: Qual a concepção dos alunos do primeiro semestre do curso sobre extensão universitária e sua contribuição para sua formação? Portanto nosso objetivo geral foi objetivo analisar a contribuição da disciplina Práticas Integradoras I para compreensão da extensão universitária dos alunos no curso de Pedagogia da UVA

Utilizamos como instrumento de coleta de dados um questionário com três questões que foi aplicado aos 43 alunos regularmente matriculados no componente curricular Práticas Integradoras I.

Com relação a sua compreensão acerca da concepção de extensão antes de iniciarem a disciplina foi identificado que 81% dos alunos desconheciam ou não tinha nenhum conceito construído sobre extensão universitária, conforme podemos destacar nas falas. “Eu não tinha nenhum conhecimento sobre extensão universitária, passei a saber do que se tratava ao começar a disciplina Práticas Integradoras I ; “Não existia nenhum conhecimento sobre extensão universitária, tanto na vida escolar como na pessoal não existia ideia formulada sobre a mesma.” e 19% possuíam um breve conhecimento a respeito de extensão universitária, como é perceptível na fala de um dos alunos entrevistados, O meu conhecimento era de que a extensão era uma atividade que se realizava fora da universidade, uma espécie de estágio para por em prática os conhecimentos adquiridos dentro da sala de aula.; Aparentemente tinha conhecimento de projetos de extensão mais em minha concepção, não identificava o que era extensão pensava que era apenas projetos ; Entendia como uma prática de integração da universidade e a sociedade.

As falas revelam desconhecimento sobre o que vem a ser extensão o que reforça a importância desse componente curricular no primeiro semestre do curso onde se tem por objetivo discutir o conceito, histórico e as políticas de extensão de forma a proporcionar aos alunos informações que serão importantes para o desenvolvimento e consolidação da extensão no curso.

Outro aspecto a destacar é que embora 19% tenha afirmado ter um conhecimento mesmo que inicial sobre extensão observamos que a concepção apresentada se referem à concepção assistencialista de extensão, não identificando a relação desta com a construção e possibilidades de aprendizagem de novos saberes a partir do contato com as comunidades.

Ao serem indagados sobre sua concepção ao termino da disciplina responderam: “extensão universitária é um ato que relaciona a instituição universitária com a comunidade”; “extensão universitária é a troca de conhecimento entre os e extensionista e a comunidade.”; “extensão universitária é estender o conhecimento, além da universidade, mas não apenas passar o conhecimento adquirido na universidade, mas também ganhar conhecimento, por exemplo de uma cultura indígena, de uma comunidade, ou seja, uma troca de saber”; “hoje eu entendo que extensão é uma ação da Universidade junto com a comunidade no intuito de compartilhar saberes”. Percebe-se em suas falas que houve um progresso do conceito e das finalidades da extensão. Isso vem corroborar com Santos quando “ considera que a extensão tem a capacidade de produzir conhecimento a partir da experiência, e assim ter a possibilidade de “... narrar sobre seu fazer” (2004, p.5). Destaca ainda que:

a extensão possui algumas características que se bem exploradas podem vir a contribuir para uma mudança no processo de ensinar e aprender: possuem um arsenal metodológico diferenciado; é feita de encontros entre alunos, professores e comunidades; tem a possibilidade de, neste encontro, incorporar outros saberes, de criar um novo senso comum e de ampliar a capacidade de reflexão sobre as práticas, nelas se constituem, ou seja, são constituídas pelas experiências.(2004,p.5)

Sobre as contribuições da extensão para sua formação dentre as falas destacamos; “vejo que por meio da extensão as possibilidades para os alunos aprender mais;” “hoje entendo como uma grande oportunidade de conhecimentos, aprendizagem e experiências que os estudantes têm de levar mas também de receberem conhecimentos, como por exemplo da sociedade. “ela é primordial para a formação docente na, na medida que possibilita o dialogo teoria x prática e o contato com a realidade”.

Essa compreensão da contribuição da extensão para a formação acadêmica por eles externada corrobora como o pensamento de Jezine (2004) quando se refere a extensão acadêmica como busca de romper com a lógica do currículo fragmentado e com a visão de homem fragmentado, transpondo-se para uma visão multidimensional onde as dimensões político social-humana estejam presentes na formação do sujeito, concebido como ser histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A extensão universitária no Brasil tem passando por uma mudança conceitual importante a partir das discussões sobre seus princípios e finalidades após a publicação das diretrizes para a curricularização da extensão de dezembro de 2018 ao determinar os cursos de graduação a inserirem a extensão como componente curricular.

Neste contexto, se faz necessário repensar o currículo na perspectiva de uma dinâmica curricular voltada nos princípios do dialogo com vista a construção de uma formação mais humana e comprometida com a sociedade onde as dimensões político social-humana estejam presentes na formação do sujeito, concebido como ser histórico.

A experiência do curso de pedagogia nos remete a visualizar a contribuição e relevância da extensão destacada pelos alunos sujeitos desse estudo ao destacarem sua importância para a sociedade não somente por sua presença material, mas, principalmente, pelo cumprimento de suas funções de forma socializadora, portanto ao se assegurar a extensão como parte fundamental do fazer universitário.

Neste cenário o processo de curricularização da extensão ocupa lugar de destaque na medida que propõe a inserção dos estudantes em práticas extensionistas com vista a fortalecer aos alunos autonomia e protagonismo no seu processo de formação a partir do dialogo com as comunidades, provocando assim uma reconfiguração de saberes, onde a articulação entre ensino, pesquisa e extensão possa ser efetivada o mais próximo possível da sociedade, garantindo assim a construção de uma sociedade mais justa e na formação de cidadãos que cooperam e atuam fora dos muros das universidades.

Palavras Chave: Curricularização da extensão, extensão universitária, Pedagogia universitária

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes para Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira- PARECER HOMOLOGADO** Portaria nº 1.350, publicada no D.O.U. de 17/12/2018, Seção 1, p.. 34.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares dos cursos de Graduação**. Brasília: MEC, 2001.
- BRASIL. **Resolução CNE/CP2, de 19 de fevereiro de 2002**. Brasília: Diário Oficial,2002
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394/96, de 20 de Dezembro de 1996. Brasília, 1996.
- BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2014.
- BRASIL.(2013). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2013
- FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Publicas Brasileiras -. **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: Uma visão da extensão**. Porto Alegre: UFRGS2006..
- FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Publicas Brasileiras. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Brasília MEC.,2008. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/SESU>.
- GURGEL, R.. **A construção do conceito de extensão universitária na América Latina**. Brasília: UnB,2001.
- JEZINE, E. As práticas curriculares e a extensão universitária. **Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**, 2. Belo Horizonte, 12 a 15 de setembro de 2004. Recuperado de www.ufmg.br.
- SANTOS, B de S. **A critica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência**. São Paulo,SP; Cortez.,2004
- Santos, B. de S. Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade**. São Paulo; Cortez,1996
- SANTOS, B. de S.,& Almeida Filho, N. **A Universidade no século XXI: Para uma Universidade Nova**. Coimbra: Edições Almedina,2008.
- SILVA, Rejane Maria Gomes da. **A contribuição da extensão para a formação dos universitários na Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA no período de 2009 a 2012**. Asunción, 2013.172p. Tese de doutorado.